

## **A TRAMITAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO CONGRESSO NACIONAL.**

A prática internacional instituída pela Convenção de Viena atribui a representatividade ao chefe do poder Executivo de modo *ad referendum* ao Congresso Nacional e como versa a Constituição de 1988, em seu art. 49, I.

Há que se mencionar um terceiro dignitário, aquele que possui a qualidade representativa ampla, também chamada de plenipotenciário; trata-se do ministro das relações exteriores. Destaca-se a diferença entre ministro especializado e as autoridades: chefe de Estado e chefe de Governo. Estes são o poder executivo como representatividade originária, aqui figurada pelo presidente da República. Já para o ministro das Relações exteriores, a representatividade é derivada. Para Rezek<sup>1</sup>, o rótulo de plenipotenciário equivale a mandatário e é pertinente a quem é incumbido dos plenos poderes e não de quem os concede, uma vez que já os detém; é prerrogativa inerente ao cargo, de outorgá-los a outrem. Sendo assim o ministro das relações exteriores será plenipotenciário tão logo seja investido pelo presidente do Executivo. Esta qualidade independe de qualquer prova documental no período em que o cargo é exercido; possui idoneidade para negociar e firmar o acordo ou tratado de forma definitiva. Há a carta de plenos poderes expedida formalmente pelo chefe do poder Executivo e o elemento favorecido destes plenos poderes é um diplomata ou até servidor público de outra área. Há a dispensa da apresentação desta carta aos embaixadores apenas para negociação de tratados bilaterais entre o Estado acreditante e entre o Estado acreditado.

Após a participação integral do poder executivo nas negociações para a formação do Tratado, ele mesmo deve encaminhar o documento para que o Congresso Nacional aprecie e avalie conforme os requisitos das convenções internacionais para o Brasil e para que não contrarie o interesse nacional. Caso não seja aprovado pelo

---

<sup>1</sup> REZEK, Francisco; Direito Internacional Público; São Paulo: Saraiva 2006.

Congresso Nacional, não produzirá efeitos jurídicos e será arquivado. Esta decisão deverá ser comunicada ao Presidente do Executivo. Faz-se mister a aprovação do poder legislativo para a expressão da vontade do Brasil concretizando a sua participação em Tratados Internacionais. Contudo, por mais que esta aprovação, o Executivo não será obrigado a ratificar a convenção. Apenas em última instância, caberá a este poder finalizar a decisão sobre o juízo da ratificação, devendo, portanto, concretizá-la. O Presidente da República enviará ao Congresso Nacional, para que este aprecie o texto do acordo bem como os motivos já justificados pelo Ministro das Relações Exteriores. A matéria será discutida: primeiro na Câmara dos Deputados e em seguida no Senado. Sendo negada a concordância na Câmara, o processo é impedido de chegar ao Senado Federal. Para que um Tratado seja contemplado pelas duas casas do Congresso, o quorum mínimo exigido é de maioria absoluta do total de Deputados ou Senadores. Para a aprovação, se faz preciso que o voto seja favorável da maioria dos presentes. É dada a oportunidade às comissões especializadas do Legislativo por pertinência temática de se pronunciarem sobre a matéria antes das votações. No caso da aprovação do tratado, a promulgação será feita por decreto legislativo do Presidente do Senado Federal a ser publicado em Diário Oficial da União. Após o trâmite legislativo, o tratado voltará às mãos do presidente da República para o exercício de seu poder discricionário de ratificá-lo ou não.

Por fim, importante salutar que os tratados internacionais que envolvam questões de direitos humanos terão um trâmite de Emenda Constitucional no Congresso Nacional, o que significa que: cada Casa Legislativa fará duas votações, cada qual com aprovação mínima de três quintos dos seus membros (EC/ nº 45, de dezembro de 2004). Em linhas gerais, este é o trâmite dos tratados internacionais no Congresso Nacional brasileiro.

## **REFERÊNCIAS**

ACCIOLY, Hildebrando; Silva G.E. do Nascimento e; Casella, Paulo Borba; Manual de Direito Internacional Público; São Paulo: Saraiva 2009.

AMARAL Junior, Alberto; Introdução ao Direito Internacional Público; São Paulo: Atlas 2008.

REZEK, Francisco; Direito Internacional Público; São Paulo: Saraiva 2006.